

AJ000 267

DECISÃO ALÉM DE MANTER A RETENÇÃO DOS VALORES A SEREM PAGOS POR SERVIÇOS REALIZADOS, O ÓRGÃO DETERMINOU A RENEGOCIAÇÃO DE 45 SERVIÇOS

Obras do aeroporto: TCU exige economia de R\$ 43 milhões

Mas tribunal permitiu que a Infraero negocie com o consórcio a retenção de 20%

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o parecer final do processo que aponta irregularidades no contrato das obras do Aeroporto de Vitória. Além de manter a retenção entre 13% e 20% dos valores a serem pagos por serviços realizados, determinou a renegociação de 45 serviços para se chegar a uma redução de R\$ 43,9 milhões no valor do contrato. A redução exigida é o valor correspondente ao sobrepreço encontrado na vistoria realizada em julho de 2006.

Os representantes do consórcio responsável pelas obras de ampliação do aeroporto de Vitória, formado pe-

avaliar, no prazo de 30 dias, a sua substituição pela proposta de seguro garantia apresentada pelas construtoras. Se a Infraero considerar que as garantias apresentadas são suficientes, poderá substituí-las pela retenção dos valores.

O ex-presidente e a ex-diretora de Engenharia da Infraero terão que apresentar ao TCU justificativas para o não pagamento ao consórcio pelos serviços realizados no período de dezembro de 2006 a março de 2007. Os ex-diretores terão que explicar também a "não aplicação das devidas sanções quando da suspensão dos serviços" pelo consórcio.

A unidade do TCU no Espírito Santo foi determinada a análise dos argumentos apresentados para justificar os indícios de irregularidade apresentados, que se relacionam aos editais de licitação do projeto básico/executivo e também àqueles ainda pendentes de verificação. O ministro do TCU, Raimundo Carreiro, foi o relator do processo.



ATRASSO. A decisão do TCU pode retardar o andamento das negociações, em ritmo lento, entre a Infraero e o consórcio para a retomada das obras. FOTO: GILDO LOYOLA

As construtoras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon, não vai se pronunciaram a respeito da decisão do TCU. A assessoria do consórcio explicou que após uma avaliação mais criteriosa do documento, a Infraero vai se manifestar.

A decisão do TCU, entretanto, pode retardar o andamento das negociações, em ritmo lento, entre a Infraero e o consórcio para a retomada das obras. Isso porque o motivo alegado pelo consórcio, quando da suspensão das obras em 24 de abril deste ano, foi exatamente a medida cautelar adotada pelo TCU, em outubro de 2006, determinando a retenção de parte do pagamento pelos serviços executados.

De acordo com o relatório final do TCU, o consórcio tem 60 dias de prazo para renegociar o preço dos 45 itens, resultará na redução de R\$ 43,9 milhões. Quanto à medida cautelar, cabe à Infraero

SAIBA MAIS

COMEÇO

O consórcio suspendeu as obras do aeroporto, em abril último, por não concordar com a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de reter parte do pagamento.

VISTORIA

A retenção foi determinada porque TCU constatou irregularidades na obra. Entre elas, sobrepreço de alguns itens do contrato assinado entre a Infraero e o consórcio.

RETENÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) manteve a retenção de 13% a 20% dos valores a serem pagos ao con-

sórcio por serviços realizados, determinada por medida cautelar.

REDUÇÃO

O consórcio terá que renegociar os preços de 45 serviços para reduzir R\$ 43,9 milhões no valor da obra. A redução corresponde ao sobrepreço dos itens. O prazo para a renegociação é de 60 dias

GARANTIA

A proposta de seguro garantia apresentada pelo consórcio para substituir a medida cautelar será avaliada pela Infraero, no prazo de 30 dias. Se as garantias forem consideradas suficientes, a proposta poderá ser aceita.

Dois anos de atraso nas estradas

TCU avaliou que as obras em quatro rodovias estão irregulares em função de sobrepreço dos contratos

DENISE ZANDONADI

dzandonadi@redgazeta.com.br

A inclusão, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de quatro obras rodoviárias em BR's do Espírito Santo na lista de obras irregulares atrasará a conclusão dos trabalhos em mais dois anos. Esta é a avaliação do senador Gerson Camata (PMDB), que criticou os critérios usados pelo órgão para avaliar os contratos.

Camata, que é o coordenador da bancada capixaba, disse que as ações do TCU acabam prejudicando os Estados

ao invés de ajudar. "Não há critérios definidos para cada obra, basta ver o que ocorreu com a ampliação do Aeroporto de Vitória. Precisamos encontrar formas claras para que as ações do TCU não acabem atrasando os projetos em andamento".

O TCU avaliou que as obras nas BR's 101, 262, 342 e 393 estão irregulares em função de sobrepreço dos contratos. "Agora, o Dnit, órgão responsável pelas obras, terá que apresentar a defesa dos contratos, as empreiteiras darão suas explicações e este processo levará pelo menos mais dois anos", afirmou Camata.

Além das rodovias, o TCU considerou irregular também um contrato da Petrobras relativo à ampliação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, em Linhares.

AGU analisa recomendações

O advogado-geral da União, ministro José Antônio Dias Toffoli, afirmou que ainda não tem posicionamento sobre a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que sejam paralisadas 77 obras do governo federal com indícios de irregularidades graves. Segundo o TCU, entre as obras com a paralisação recomendada, estão projetos importantes para o governo e que constam do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a transposição do Rio São Francisco e a recuperação da BR-163, que liga o Mato Grosso ao Pará, e da BR-319, que liga Rondônia ao Amazonas.